

Medidas regulatórias no setor de óleo e gás elevarão o crescimento da economia

Secretaria de Política Econômica

O preço internacional do petróleo vem sendo pressionado pelo aumento da oferta dos principais países produtores. Até julho de 2014, por exemplo, o petróleo tipo Brent era negociado a mais de US\$ 100 por barril. Desde então, os preços sofreram uma queda abrupta e atualmente, o petróleo está sendo negociado a US\$ 35 por barril.

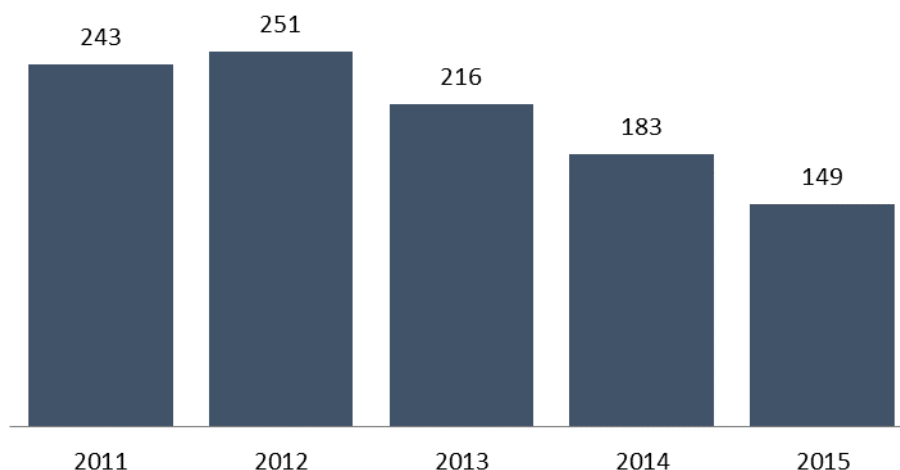
Gráfico 1: Evolução recente do preço do petróleo
(US\$ por barril do tipo Brent)



Fonte: Bloomberg.

Esse movimento vem pressionando os resultados das empresas produtoras de petróleo. Por conta da queda dos preços, o EBITDA médio (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) em 2014 foi de US\$ 182,7 bilhões, com queda de 15,4% em relação a 2013. Em 2015, esse movimento foi mais intenso, com queda de 18,5% em relação ao ano anterior.

Gráfico 2: Evolução do EBITDA das principais empresas produtoras de Petróleo (US\$ bilhões)



Fonte: Bloomberg.

Nota: Exclui empresas que não publicaram balanço referente ao ano de 2015 até o momento. A evolução do EBITDA mostra a mesma tendência com e sem essas empresas.

A redução do EBITDA dificulta a manutenção dos investimentos e indica a queda na atratividade dos projetos do setor. Existem estimativas de que os desinvestimentos na cadeia de petróleo e gás no Brasil possam ter sido responsáveis por até 2,3 p.p.¹ da queda do PIB de 2015. Com a manutenção dessa perspectiva, a cadeia produtiva poderá manter um plano de desinvestimentos significativo ao longo dos próximos anos, reduzindo seus investimentos e o nível de emprego no setor.

Mudanças regulatórias

O governo tem trabalhado em uma agenda regulatória com objetivo de melhorar o ambiente de negócios no setor e abrir uma perspectiva positiva de longo prazo, que é necessária para que as empresas possam planejar sua atuação no Brasil nas próximas décadas e retomar gradualmente seus investimentos.

¹ Nota à imprensa - [OBJ] Impactos da redução dos investimentos do setor de óleo e gás no PIB, disponível em: <http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/fffcimpactos-da-reducao-dos-investimentos-do-setor-de-oleo-e-gas-no-pib>.

O Conselho Nacional de Política Energética publicou uma resolução com quatro medidas: prorrogação da Rodada Zero, retomada da produção em campos interrompidos, regulamentação das jazidas unitizáveis e prorrogação do Repetro. Essas medidas aperfeiçoam a regulação do setor e podem ter um impacto relevante na retomada dos investimentos.

1. Prorrogação da Rodada Zero

A Rodada Zero foi a primeira rodada de concessões de campos de petróleo sob a égide da Lei nº 9.478/1997.

O prazo dos contratos estabelecido pela rodada zero é de 30 anos (3 anos para a fase de exploração e 27 anos para a fase de produção) prorrogáveis a critério da ANP mediante solicitação com antecedência mínima de 12 meses do término desse contrato. A concessão na maioria destes campos está com previsão de término em 2025.

Estima-se que haja 8,0 bilhões de barris e óleo equivalente (boe) em volume recuperável.²

Tabela 1: Produção acumulada e volume recuperável em campos da Rodada Zero

(Milhões de barris de óleo equivalentes)

Ambiente	Volume Recuperável ²
Terra	1 123
Mar	6 829
Total	7 952

Fonte: Estimativas da ANP.

Nota: Não considera os campos com produção interrompida a mais de 6 meses, os campos em processo de devolução, os campos não Petrobras e os campos sem reservas declaradas no BAR de 31/12/2015.

² Considera as curvas 3P declaradas no BAR 2015, até o limite de 2052, a exceção de Marlim (2041, conforme RD nº 1001/2015).

Para recuperar esse volume de produção são necessários novos investimentos na revitalização desses campos. No entanto, dado o prazo remanescente da concessão, esses investimentos não são recuperáveis, e, portanto, o projeto é inviável. Para tornar os investimentos viáveis, é

² Essas estimativas representam as projeções feitas por cada empresa e declaradas à ANP podendo ser alteradas em função das hipóteses adotadas.

necessária a prorrogação antecipada. Segundo as informações prestadas pela ANP, essa prorrogação pode viabilizar investimentos de até US\$ 54 bilhões, concentrados nos próximos 10 anos.

2. Retomada da produção em campos interrompidos

De acordo com a ANP, existem vários campos no Brasil com produção interrompida. A Resolução do CNPE determina que a produção desses campos seja retomada ou que as operadoras possam transferir os direitos desses campos para outras que se comprometam em retomar a produção. A transferência desses direitos será importante para dinamizar o mercado de empresas menores do setor.

Tabela 2: Produção Acumulada e Volume recuperável em campos interrompidos
(Milhões de barris de óleo equivalentes)

Ambiente	Volume Recuperável ¹
Terra	17
Mar	416
Total	433

Fonte: Estimativas da ANP.

Nota: Foram considerados 59 campos (incluindo aqueles em processo de devolução).

Dos 59 campos com produção interrompida, estima-se que haja potencial de produção de 433 milhões de barris de óleo equivalente (boe).

3. Regulamentação das jazidas unitizáveis

As jazidas unitizáveis alcançadas pela resolução encontram-se em áreas que se conectam com um polígono já concedido, mas tal conexão só é conhecida após a exploração. Como essas áreas pertencem à União, o concessionário deverá carregar os investimentos da União, sendo ressarcido pela produção mensal da jazida unitizada. Além de ser necessário estabelecer regimento sobre a produção da jazida envolvendo unitização de diferentes regimes, é importante restabelecer incentivos para realização dos investimentos onde há áreas com potencial de unitização. O potencial de exploração de Petróleo nos campos unitizáveis é de 2,2 bilhões de barris de óleo equivalentes.

Tabela 3: Volume recuperável das jazidas unitizáveis*
(Milhões de barris de óleo equivalentes)

Ambiente	Volume Recuperável
Terra	0
Mar	2.169
Total	2.169

Fonte: Estimativas da ANP.

* Áreas com acordo de individualização já definidos.

O CNPE determinou ao Ministério de Minas e Energia que no prazo de 180 dias realize os estudos necessários para iniciar o processo de contratação sob o regime de partilha dos campos unitizáveis. Estima-se potencial de investimentos de US\$ 24,2 bilhões, concentrados ao longo dos próximos 10 anos.

4. Estimativa de Impacto Econômico

Essas três medidas devem gerar investimento da ordem de US\$ 78,7 bilhões, ou R\$ 314,7 bilhões (considerando uma taxa de câmbio média no período de R\$ 4,00 por dólar), com maior concentração nos próximos 10 anos. Esse montante é equivalente a 5,3% do PIB e 29,3% do investimento em 2015³.

Tabela 4: Investimento e custo operacional estimados
(US\$ bilhões)

	CAPEX	OPEX
Prorrogação da Rodada Zero	54,5	130,2
Interrompidos	0,0	17,1
Unitizáveis*	24,2	86,8
Total	78,7	234,0

Fonte: Estimativas da ANP.

* Áreas com acordo de individualização já definidos.

³ Essa estimativa considera apenas os campos unitizáveis com acordos de individualização protocolados na ANP e, portanto, em estágio mais avançado para contratação em regime de Partilha. Existem outras estimativas que consideram todo o potencial de jazidas unitizáveis. Nesse caso, as estimativas do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP concluem que o potencial de investimentos pode chegar a US\$ 120 bilhões.

O investimento estimado com a prorrogação da Rodada Zero é de US\$ 54,5 bilhões ao longo de 10 anos. A contratação das jazidas unitizáveis também deve gerar US\$ 24,2 bilhões ao longo do mesmo período.

Tabela 5: Volume Recuperável e Volume estimado anual
(Milhões de barris de óleo equivalentes)

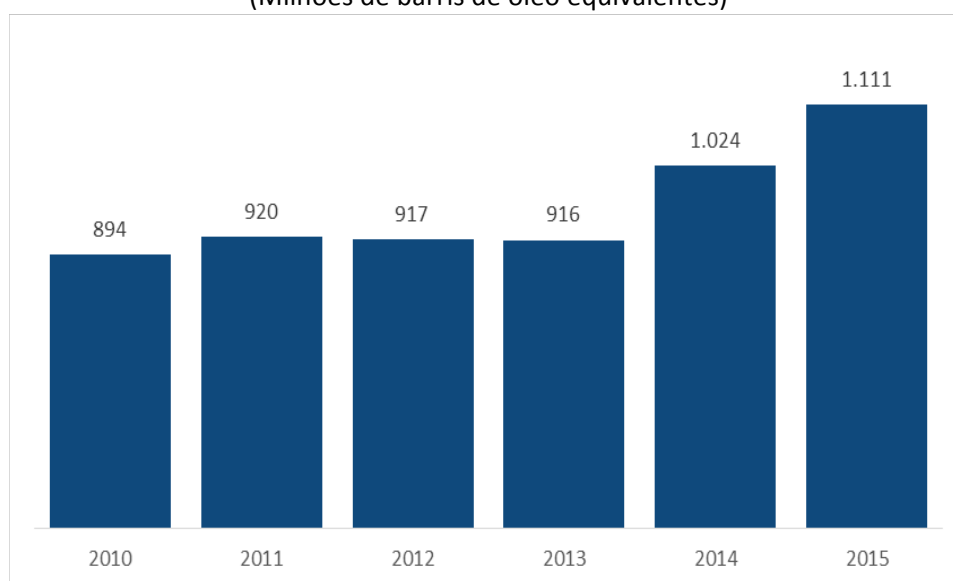
	Volume Recuperável	Volume estimado anual*
Prorrogação da Rodada Zero	7 952	214,9
Interrompidos	433	11,7
Unitizáveis	2 169	58,6
Total	10.554	285,3

Fonte: Estimativas da ANP.

* Assumindo um período médio de 37 anos.

A produção em campos atualmente paralisados não deve gerar investimento incremental, mas elevará a produção média do setor em aproximadamente 1,1%, considerando-se a produção de 2015 e um prazo de 37 anos para a extração desse volume.

Gráfico 3: Produção de petróleo e gás no Brasil
(Milhões de barris de óleo equivalentes)



Fonte: ANP.

Utilizando-se as matrizes insumo-produto disponíveis (calculadas a partir das Tabelas de Recursos e Usos de 2014 disponibilizadas pelo IBGE), é possível estimar que esses investimentos produzam um impacto de 4,4 p.p. do PIB nos próximos dez anos. Assim, a contribuição para o crescimento do PIB dessas medidas pode chegar a 0,4 p.p. por ano. Essa

estimativa pode ser alterada a depender da curva de investimento de cada campo

Tabela 6: Impacto sobre o PIB
(Pontos percentuais)

	Direto	Indireto	Total
Rodada Zero	2,3	0,7	3,1
Interrompidos	n.d.	n.d.	n.d.
Unitizáveis	1,0	0,3	1,4
Total	3,4	1,0	4,4

Fonte: SPE/MF.

5. Conclusão

O governo tem adotado uma série de medidas para melhorar o ambiente de negócios em vários setores da economia. A iniciativa aprovada pelo CNPE se soma ao trabalho que está sendo realizado pelo PEDEFOR que irá aperfeiçoar a política de conteúdo nacional do setor.

Em uma perspectiva mais ampla, se soma às iniciativas já realizadas no setor aéreo, energia elétrica, rodovias e portos. Além disso, o governo está discutindo a modernização do marco regulatório das telecomunicações.

As iniciativas adotadas pelo CNPE terão grande potencial na dinamização do setor de petróleo e criarão novas oportunidades para toda a indústria. O potencial de investimentos é de US\$ 78,7 bilhões ao longo de dez anos.

As estimativas apontam que essa iniciativa poderá elevar o crescimento da economia nos próximos anos em 0,4 p.p. do PIB a mais em relação ao cenário base. Essa medida em conjunto com as demais ações do governo permitirá a retomada do crescimento em bases mais sustentáveis.